

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 4169/2005 (2.ª série). — Considerando a proposta da Ministra da Cultura e o currículo em anexo nomeio, nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 245/97, de 18 de Setembro, Adelina Maria Ribeiro Antunes como subdirectora da Companhia Nacional de Bailado.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 29 de Novembro de 2004.

29 de Novembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Adelina Maria Ribeiro Antunes;
Data de nascimento — 2 de Dezembro de 1945.

2 — Formação académica — frequência do curso de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, com aproveitamento a quatro cadeiras.

3 — Formação profissional:

Contabilidade pública;
Organização e racionalização administrativa;
Aprovisionamento e património II;
Código do Procedimento Administrativo: teoria e prática;
Comunidade Europeia: princípios e políticas;
Chefias administrativas: novas perspectivas e realidades;
Aquisições e despesas públicas;
Relatórios de actividades.

4 — Experiência profissional:

1964-1968 — CUF — Companhia União Fabril — funções administrativas na Direcção de Aprovisionamento;
1968-1971 — NOCAL — Nova Empresa de Cervejas de Angola, SARL, Luanda — funções administrativas na Secção de Contabilidade;
1971-1975 — Universidade de Luanda — operadora de 2.ª classe;
1976-1977 — Ministério da Comunicação Social — funções administrativas na Repartição de Contabilidade;
1977-1988:

Direcção-Geral da Acção Cultural, Secretaria de Estado da Cultura — primeiro-oficial (1981);
Chefe de secção de Aprovisionamento e coordenadora dos Serviços Administrativos;

1989 — Serviços Sociais da Universidade Nova de Lisboa — chefe de repartição;
1989-1991 — Teatro Nacional D. Maria II — chefe de repartição e coordenação das Secções de Património e Aprovisionamento e de Contabilidade e Secretaria;
1991-2000 — Instituto Português do Património Cultural — chefia da Repartição de Contratos;
2000-2004 — subdirectora do Teatro Nacional D. Maria II (Junho de 2000); vogal da comissão de gestão do Teatro D. Maria II (Setembro de 2000), após a extinção do órgão de direcção do Teatro Nacional D. Maria II, pelo Decreto-Lei n.º 247/2000, e a criação de uma comissão de gestão; cessou estas funções após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 65/2004, de 23 de Março, que operou a transformação do Teatro Nacional D. Maria II, instituto público, em sociedade anónima;

2004:

Nomeada, por transferência, para a Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, com efeitos a 1 de Julho de 2004, como técnica superior principal;

Por deliberação do conselho de administração do Teatro Nacional D. Maria II, foi designada secretária-geral da sociedade em 12 de Julho de 2004, desde essa data e até 31 de Outubro coordenou todas as funções de âmbito administrativo e financeiro necessárias à implementação dos procedimentos decorrentes da transformação do Teatro Nacional D. Maria II em sociedade anónima.

5 — Outros cargos:

1998 a 2002 — vogal da comissão fiscalizadora do Teatro Nacional de São João;
2004 (Maio) — secretária da mesa da assembleia geral do Teatro Nacional D. Maria II.

6 — Actividades paralelas:

Colaboração na área administrativa ao FIT — Festival Internacional de Teatro em 1991, 1992 e 1993;
Colaboração na área administrativa no Festival Cena Lusófona, em 1995;
Colaboração na área administrativa e financeira ao Teatro Nacional São João, ao Festival PO-N.T.I — Porto. Natal. Teatro. Internacional, edições de 1997 e 1999;
Elaboração, sob orientação da SISMET, de manuais sobre aprovisionamento e secretarias de escolas, destinados à República Popular de Moçambique (Gabinetes de Gestão Pública Local);
Organizou e ministrou duas acções de formação na área administrativa — «Técnicas de organização» e «Procedimentos Administrativos»;
Em regime livre, dedicou-se à tradução, de inglês para português, de sete livros de ficção, que se encontram publicados.

Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência

Despacho n.º 4170/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da lei orgânica do XVI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelos Decretos-Leis n.ºs 17/2005, de 18 de Janeiro, e 26/2005, de 2 de Fevereiro, subdelego, com a faculdade de subdelegação, na Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, mestre Sofia de Sequeira Galvão, as competências que me foram legalmente conferidas pelo n.º 1 do despacho do Primeiro-Ministro n.º 19 965/2004 e pelo despacho do Primeiro-Ministro n.º 19 983/2004, ambos de 14 de Setembro de 2004, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 25 de Setembro de 2004, em relação aos seguintes serviços, organismos e projectos nos mesmos referenciados:

- Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- Centro Jurídico (CEJUR);
- Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER);
- Projecto Digesto — Sistema Integrado de Tratamento de Informação Jurídica;
- Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A subdelegação prevista no número anterior abrange a competência para, no âmbito definido no presente despacho, praticar todos os actos decisórios relacionados com a autorização para a realização de despesas, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data pela Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no âmbito dos poderes subdelegados.

10 de Dezembro de 2004. — O Ministro de Estado e da Presidência, *Nuno Albuquerque Morais Sarmento*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 4171/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Fevereiro de 2005 é autorizado o pedido de exoneração da técnica profissional de 1.ª classe Cármen Regina Rocha Serrão do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, com efeitos a 9 de Janeiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — A Vice-Presidente, *Ana Palmira Antunes de Almeida*.

Instituto do Desporto de Portugal

Contrato n.º 359/2005. — *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo — referência n.º 200/2004 — apoio ao projecto anual de formação de recursos humanos — aditamento.* — De acordo com o disposto nos artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto na alínea g) do artigo 7.º e na alínea i) do n.º 3 do artigo 12.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, anexos ao Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre o Instituto do Desporto de Portugal, adiante sempre designado por IDP ou primeiro outorgante, representado pelo seu presidente, José Manuel Constantino, e a Federação Portuguesa de Esgrima, adiante sempre designada por Federação ou segundo outorgante, representada pelo seu presidente, Florindo Baptista Morais, um aditamento ao contrato-pro-